

Estudo de caso sobre a implementação da curricularização da extensão universitária nos cursos de graduação da Faculdade Luciano Feijão (Ceará-Brasil)

Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic
José Maria Nogueira Neto

Resumo

As ações de extensão no ensino superior brasileiro estão previstas em legislação desde 1931, mediante o Decreto nº 19.851, de 11/4/1931, que estabeleceu as bases do sistema universitário, porém na prática ganham mais espaço nas décadas de 1950/1960 e são constitucionalmente preconizadas por meio da constituição de 1988. Apesar de o tripé universitário ser ensino, pesquisa e extensão, este último demorou um pouco para ganhar maior protagonismo. Com uma trajetória nem um pouco linear e por meio de muitas lutas para ganhar espaço na universidade, em 2018 é aprovada a Resolução nº 7, de 18 de dezembro, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira destinando, no mínimo, 10% da carga horária total das matrizes de cada curso de graduação para atividades de extensão. O que chamamos hodiernamente de extensão curricularizada ou processo de curricularização da extensão. Compreendemos, e a própria resolução prevê, que cada Instituição de Ensino Superior (IES) tem as suas especificidades e particularidades e, por isso, esse processo não poderia ser demasiado engessado. O presente trabalho pretende compartilhar a experiência de institucionalização da curricularização da extensão na Faculdade Luciano Feijão (FLF), uma IES privada localizada no interior do estado do Ceará (Brasil), no município de Sobral, com atividades iniciadas em 2007. Reconhecido historicamente por prezar pela qualidade de ensino, o Grupo Luciano Feijão vem crescendo de forma paulatina e com bases sólidas, tornando-se referência em sua região. Desde a aprovação da resolução, a instituição busca formas para operacionalizar a implementação da resolução, mediante adequação dos currículos. Em meio aos desafios, foi criada uma comissão, formada por professores de diferentes cursos, para implementar a extensão nos currículos. O trabalho da comissão se organizou, primeiramente, pensando e propondo o redesenho da Política Institucional; a produção de uma cartilha de operacionalização; diálogos com as coordenações de cursos; encontros e treinamento com professores. Para o início das ações, a necessidade de transformar a forma de pensar, compreender e fazer o ensino superior foi o grande desafio. Alinhamentos conceituais foram necessários para que partíssemos de pontos de compreensão comuns a todos os atores envolvidos no processo, incluindo a comunidade estudantil. Os desafios se estenderam a outras dimensões: reformulação das matrizes curriculares, buscando manter a qualidade sem prejudicar os conteúdos; manutenção das exigências e carga horária mínima exigida pelas legislações e MEC; perfil de professores extensionista que pudessem promover ações alinhadas com os princípios e diretrizes da extensão universitária. Ao contrário da operacionalização da curricularização da extensão em instituições públicas, o fator financeiro foi condição importante a ser considerado, uma vez que houve redimensionamento de investimentos que impactaram diretamente na (re)distribuição de hora-aula e remuneração de profissionais, custeio de seguro de vida e aparato técnico-logístico, sem aumento no valor das mensalidades para os alunos. Pretendemos compartilhar aqui uma experiência, ainda em curso, dos avanços e desafios enfrentados diante desse contexto.

Palavras-chave: Extensão Universitária, Curricularização da Extensão, Educação Superior.